



FÓRUM EUROPEU DA DEFICIÊNCIA 1997-2007: DEZ ANOS DE LUTA PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Vamos fazer com que a Discriminação com base na Deficiência
passe à História
Combater a Discriminação face às pessoas com deficiência é um
assunto que diz respeito a TODOS**

Em 1997, as organizações europeias de pessoas com deficiência e de pais de pessoas com deficiência que não se podem representar a elas próprias juntaram-se para criar o Fórum Europeu da Deficiência (FED).

O FED é uma plataforma única e independente, que desempenha um papel activo em relação às Instituições da União Europeia, procurando proteger e defender os direitos das pessoas com deficiência. A sua ambição, nas actividades diárias, é influenciar a legislação da União Europeia, uma vez que as decisões e iniciativas da União Europeia têm um impacto directo a todos os níveis, no dia a dia dos cidadãos europeus com deficiência.

Passou um década desde o início da nossa luta. Hoje, nós, as pessoas com deficiência e os pais das pessoas com deficiência que não se podem representar a elas próprias, podem olhar para trás e sentir-se orgulhosos pela contribuição que deram para o avanço dos direitos das pessoas com deficiência na Europa. Hoje, temos também de olhar em frente e continuar a exercer a influência que fortaleça as medidas legislativas da Não Discriminação na Europa, para assegurar que a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade se torne uma realidade. Temos de o fazer porque a Deficiência é uma questão Direitos Humanos e porque é uma questão que diz respeito a todos.

BASTIDORES DA DEFICIÊNCIA...

- As Pessoas com Deficiência não são uma pequena minoria: somos mais de 50 milhões de cidadãos da União Europeia com Deficiência, representando mais de **10% da população da UE**.
- **Uma em cada quarto famílias** tem um elemento com uma deficiência.
- Temos o **dobro da probabilidade de não alcançar o 3º nível educacional** em relação às pessoas sem deficiência.
- Muitas crianças com deficiência não dispõem de igualdade de oportunidades no **acesso à educação**.
- A nossa **fonte de rendimento** é menos provável vir de salário e mais provável ser um benefício estatutário. Além disso, os nossos rendimentos **são significativamente mais baixos** do que os das pessoas sem deficiência.
- Deparamo-nos com um **nível de desemprego duas vezes mais alto** do que o das pessoas sem deficiência.
- Vivemos num **meio ambiente inacessível**, apesar do facto de representarmos, em conjunto com outras pessoas com mobilidade reduzida temporariamente, 40% da população.
- No âmbito das Pessoas com Deficiência, **uma em duas nunca participou em actividades de lazer, cultura ou desporto**, e nunca teve acesso a teatros, cinemas, concertos, bibliotecas...
- Somos confrontados com o **isolamento e o preconceito**.
- Há mais de 200.000 pessoas com deficiência que são **forçadas a viver em instituições fechadas**, sem o direito de fazer escolhas de vida e privadas dos mais fundamentais direitos humanos.
- A **livre circulação de pessoas** na União Europeia para nós é apenas um ideal, porque a maioria das vezes as barreiras impedem-nos de sequer sair do sítio onde vivemos.

1997-2007: DEZ ANOS A PAVIMENTAR O CAMINHO

A primeira acção do Fórum Europeu da Deficiência em 1997 abriu caminho para uma nova era para as pessoas com deficiência na Europa: a adopção do Artigo 13 (não discriminação) do Tratado de Amsterdão, a primeira e única referência à deficiência num Tratado da União Europeia. Um sucesso que estabeleceu a base legal para proteger as pessoas com deficiência da discriminação e deu à União Europeia a responsabilidade de trabalhar para este objectivo. Esta acção não seria possível sem uma mobilização a nível europeu das pessoas com deficiência e suas organizações representativas.

Depois de dez anos de trabalho intenso, quer a nível da União Europeia, quer a nível nacional, o Fórum Europeu da Deficiência esteve por trás de muitas iniciativas europeias e decisões legislativas que mudaram e continuarão a mudar as vidas das pessoas com deficiência por toda a Europa:

- Um número crescente de cidades europeias oferecem transportes públicos acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, Contribuindo assim para a sua autonomia e mobilidade.;
- Os empregadores tem de adoptar procedimentos de recrutamento, baseados na igualdade de oportunidades e proceder à adaptação do posto de trabalho, de acordo com as necessidades da pessoa com deficiência;
- Uma pessoa com deficiência pode iniciar um processo de queixa legal, caso se sinta discriminada pelo seu empregador ao se candidatar a um emprego ou formação.;
- Um número crescente de websites públicos são acessíveis a pessoas com deficiência.;
- Um número crescente de elevadores são desenhados de acordo com os requisitos de acessibilidade;
- Um número crescente de produtos e serviços das tecnologias de informação e comunicação tais como telemóveis, hardware e software de computadores,... são já acessíveis para cegos e pessoas parcialmente privadas de visão.;
- As moedas e as notas de Euro são as mais acessíveis de sempre para as pessoas com deficiência visual;
- Um número crescente de medicamentos são vendidos com informação em Braille;
- As Pessoas com Deficiência têm direito a beneficiar de serviços de assistência, quando viajam de avião desde o aeroporto de partida até ao de chegada;
- Iniciativa do FED, o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em 2003, criou oportunidade de sensibilizar para as questões da deficiência, quer a nível europeu, quer a nível local, e muitas iniciativas governamentais e legislativas foram levadas à prática em vários países da União Europeia;
- Ao adjudicarem contratos públicos de produtos e serviços, as autoridades públicas têm de ter em consideração a acessibilidade para as pessoas com deficiência;
- 35 % do financiamento da União Europeia para as áreas regional e local, têm de respeitar os princípios da não-discriminação e a acessibilidade total para pessoas com deficiência.
- A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pelo Fórum Europeu da Deficiência e adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Dezembro de 2006, é o primeiro instrumento legal internacional aplicável na União Europeia e nos seus Estados Membros.

2007 E ANOS SEGUINTE: TEMOS DE NOS MOBILIZAR PARA PROTEGER OS NOSSOS DIREITOS!

> Acesso a protecção legal, capacidade legal e reconhecimento igual perante a lei

Nós, as pessoas com deficiência, temos direito tal como outro cidadão europeu, ao reconhecimento perante a lei. De acordo com os instrumentos internacionais existentes no âmbito dos Direitos Humanos, temos o direito de usufruir de capacidade legal em todos os aspectos da vida, incluindo o direito de propriedade, de gerir as nossas próprias finanças, de tomar decisões e de fazer escolhas que afectem as nossas vidas e a nossa participação na sociedade.

> Educação para Todos

Nós, como crianças e adultos com deficiência, devemos beneficiar **acesso igual** à educação; estar apto a receber educação, seja especial ou vulgar, em **definições inclusivas** e temos de ter **escolha** para decidir em diálogo com outras famílias, sobre as nossas necessidades e desejos educacionais.

> Igualdade de Tratamento no Emprego

Nós, tal como outros cidadãos devemos beneficiar de **igualdade de tratamento** ao nos candidarmos para um emprego ou no desempenhar de uma profissão. Além disso, devemos beneficiar de **igualdade de salário e de direitos** para um estatuto e competência profissional iguais. Por fim, os empregadores têm de estar prontos para adaptar o posto de trabalho, de acordo com as necessidades das pessoas com deficiência.

> Protecção Social, incluindo segurança social

Nós, cidadãos com deficiência, temos o direito à igualdade de oportunidades para nos mudarmos para outro país da União Europeia, para estudar, para trabalhar, para nos juntarmos a outro membro da família, etc., o que requer a remoção de obstáculos nos sistemas de protecção social.

> Viver de forma independente na Comunidade e fazer as nossas próprias escolhas na vida

Nós, tal como outros cidadãos, temos de ter a possibilidade de viver no local que **escolhemos**, de tomar as **nossas próprias decisões**, de utilizar serviços que assegurem a nossa **independência** e **igual participação** (direito a um assistente pessoal). Deve ser reconhecido às famílias o papel fundamental que desempenham nas opções de vida, educação e inclusão social das crianças com deficiência e de pessoas com complexas necessidades de dependência, que não se podem representar a elas próprias. Devem ser providenciados os meios e os apoios necessários para as necessidades das pessoas com deficiência e das suas famílias.

> **Acesso a Saúde e as Cuidados Continuados**

Nós, tal como outros cidadãos, e em particular pessoas cuja integridade física e/ou mental está comprometida, têm de ter direito ao acesso a **cuidados de saúde com qualidade, efectivos e acessíveis**, adaptados às necessidades de cada indivíduo, incluindo diagnósticos precoces, intervenção rápida reabilitação e dispor dos meios necessários para um máximo desenvolvimento.

> **Acesso a bens e services**

Nós, tal como outros consumidores, temos de beneficiar e poder escolher da mesma quantidade de produtos e serviços. As medidas legislativas devem ser tomadas de modo a assegurar que todos os bens e serviços sejam concebidos e distribuídos de forma a estarem totalmente acessíveis com base no **princípio “design for all”** (desenho universal).

> **Acesso a cultura, lazer e desporto**

Nós, tal como outros cidadãos, temos de estar aptos a **participar plenamente** em todas as actividades de cultura, lazer e desporto, que devem ser totalmente acessíveis, e devemos também ter a oportunidades de nos expressarmos cultural e artisticamente.

> **Acesso a transportes públicos**

Nós, tal como outros cidadãos, devemos estar habilitados para **viajar livre e independentemente**, de autocarro, comboio, avião ou barco para o destino que escolhermos.

> **Acesso a infra-estruturas públicas**

Nós, tal como outros cidadãos, devemos ter acesso pleno, livre e independente, também quando acompanhados por um guia ou cão guia, a todos os **edifícios e espaços públicos**, como parques, restaurantes, bares, teatros, centros comerciais, museus, ou qualquer parte do **meio edificado**, como passeios, ruas, passadeiras em segurança. As medidas legislativas devem ser tomadas para tornar o meio edificado acessível com base no **princípio de “design for all”** (desenho universal).

> **Comunicação e Informação Acessíveis**

Nós, tal como outros cidadãos, devemos ter pleno acesso a toda informação, quer no sector público, quer no privado, em formatos acessíveis (electrónico, escrito, Braille, língua gestual, audio, legendas, texto de fácil compreensão). Devemos ter acesso a todos os **instrumentos de comunicação electrónica** oferecidos no mercado, de modo a estarmos habilitados a participar na vida sócio-económica da sociedade.

> **Acabar com as discriminações e os estereótipos em relação às pessoas com deficiência**

Nós, mulheres e homens com deficiência, apelamos ao **respeito pela nossa dignidade**, na vida política e pública, na publicidade e nos media.

> **Igualdade no acesso ao voto e à participação nas campanhas eleitorais**

Nós, tal como outros cidadãos, devemos usufruir livre e independentemente do nosso direito de voto (incluindo o direito ao voto secreto, à acessibilidade do local de voto e aos materiais de voto, bem como aos documentos eleitorais) e ao nosso direito de ser eleitos para cargos públicos.

O MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA APELA PARA:

1. **Legislação Inclusiva sobre Não Discriminação para proteger as pessoas com deficiência**, para remover as barreiras existentes, evitar a criação de novas barreiras, para se alcançar a igualdade de oportunidades e igualdade de participação em todos os aspectos da vida;
2. **Rápida assinatura e ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** pelos Estados membros da União Europeia;
3. Medidas concretas, metas e objectivos que assegurem **igualdade de tratamento na educação** e participação na vida social para as crianças com deficiência no âmbito das políticas regionais, nacionais e europeias;
4. Medidas concretas, metas e objectivos que assegurem **igualdade de tratamento no emprego** no âmbito das políticas regionais, nacionais e europeias;
5. Reformas a nível nacional que visem a desinstitucionalização das pessoas com deficiência e provisão de alternativas para uma vida independente em comunidade, com serviços de qualidade apoiadas pelo financiamento adequado, incluindo a nível europeu;
6. Padrões básicos para os requisitos de **acessibilidade e não discriminação em todos os instrumentos de financiamento**, incluindo a nível da União Europeia, para evitar a criação de novas barreiras;
7. **Factos e figures sobre deficiência**, que mostrem a situação real e as condições de vida das pessoas com deficiência na Europa, e que sirvam de base para o desenvolvimento de medidas e iniciativas legislativas que protejam efectivamente os nossos direitos;
8. **Padrões comuns e legislação que assegure o pleno acesso a produtos e services** em toda a União Europeia;

Nós, pessoas com deficiência na Europa, apelamos à União Europeia, às autoridades locais, regionais e nacionais, em cooperação com todos os actores da vida social que acabem de vez com a Discriminação!

DÊ UM PASSO, FAÇA A DIFERENÇA

**Um minuto do seu tempo pode mudar as vidas de
50 milhões de cidadãos com deficiência**

Assine em www.1million4disability.eu